

Acesso Popular à Justiça: A praxis das promotoras legais populares sob viés do conceito intelectual orgânico de Gramsci

Popular Access to Justice: The praxis of popular legal advocates under the perspective of Gramsci's organic intellectual concept.

Claudete Beise Ulrich¹

Nivia Ivette Núñez de la Paz²

Clélia Perettⁱ³

¹Recebido em: 30 de out.b de 2023
Aceito em: 01 de nov. de 2023

Pós-doutorado em História (UFSC) e em Educação (UFES). Doutora e Mestra em Teologia (Faculdades EST). Bacharel em Teologia (Faculdades EST). Licenciada em Pedagogia (UDESC). Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Religião, Gênero, Violências: Direitos Humanos e Educação CNPq/FUV e de Teologia Pública e Estudos da Religião CNPq/FUV. Membro da Escuela Internacional de Filosofía Intercultural (EIFI, Barcelona, FONAPER, CPDH-Vitória/ES). Este artigo se liga às investigações desenvolvidas no contexto de Projetos de Pesquisa financiados pelo CNPq, números 404939/2021-0 (“Religião, Política e Teologia no Espaço Público”). Email – Claudete@fuv.edu.br – Orcid - <http://orcid.org/0000-0002-9830-3768>

² Pós-doutorado em Teologia Sistemática (Faculdades EST). Doutora e mestra em Teologia (Faculdades EST), Licenciada em Teologia (Seminário Evangélico de Teologia/Matanzas, Cuba). Professora do Mestrado em Educação (Universidad Internacional Iberoamericana – UNINI-PR; Universidad Europea del Atlantico - UNEATLANTICO). Membro de la Escuela Internacional de Filosofía Intercultural (EIFI, Barcelona) e do Grupo de Pesquisa Religião, Gênero e Violências: Direitos Humanos e Educação (UNIDA) e do Grupo de Investigación Formación, Interculturalidad e Innovación en Educación (UNINI-México) e do Grupo de Pesquisa de Teologia Pública (PUC-PR). Este artigo se liga às investigações desenvolvidas no contexto de Projetos de Pesquisa financiados pelo CNPq, números 404939/2021-0 (“Religião, Política e Teologia no Espaço Público”). Email – nivianpaz@gmail.com - Orcid - <http://orcid.org/0000-0002-9425-0355>

Resumo: O presente artigo reflete sobre a formação e atuação das Promotoras Legais Populares (PLPs), como mulheres comprometidas pela cidadania, direitos das mulheres e direitos humanos. Elas provêm e atuam no meio popular. As PLPs recebem a sua formação, a partir da metodologia feminista e da educação popular. A história de formação das Promotoras Legais Populares (PLPs), localizadas em São Leopoldo-RS iniciou a partir do Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA), a partir da década de 90. Como o CECA não tinha acúmulo teórico no campo de estudos de gênero ocorreu à aproximação com outras ONGs que já executavam trabalhos nesta área, especialmente, com a THEMIS – Porto Alegre – RS. O movimento ecumênico popular fortaleceu-se, com a abordagem de gênero, originando o Projeto Acesso Popular à Justiça - APJ, com a consultoria da THEMIS e em 1998 se desenvolveu o 1º Curso de Formação de Promotoras Legais Populares. Na luta contra a hegemonia patriarcal, machista, violenta e feminicida, as PLP's atuam pela cidadania e direitos das mulheres, constituindo-se enquanto intelectuais orgânicas, conceito cunhado pelo filósofo Antonio Gramsci.

Palavras-chave: Promotoras Legais Populares. Formação de mulheres. Cidadania. Intelectuais Orgânicas.

Abstract: This article reflects on the formation and performance of Popular Legal Agents (PLPs), as women committed to citizenship, women's rights and human rights. They come from and operate in the popular environment. The PLPs receive their training based on feminist methodology and popular education. The history of formation of Popular Legal Agents (PLPs), located in São Leopoldo-RS began with the Ecumenical Training and Advisory Center (CECA), from the 1990 decade. As CECA had no theoretical accumulation in the field of studies of gender occurred through the rapprochement with other NGOs that had work on the subject, especially with THEMIS, Porto Alegre/RS. The popular ecumenical movement was strengthened, with the gender approach, originating the Popular Access to Justice Project - APJ, with the consultancy of THEMIS and in 1998 the 1st Training Course for Popular

³ Pós-doutora em Fenomenologia pelo Centro Italiano di Ricerche Fenomenologiche e Pontificia Universidade Lateranense; Doutora em Teologia pela Faculdade -EST; Mestre em Educação; Especialista em Educação a Distância e em Gestão de Escolas; Licenciatura em Pedagogia pela Libera Università Maria SS. Assunta; Graduada em Magistério em Ciências Religiosas pelo Pontifício Ateneo Antonianum; Bacharel em Teologia; Licenciatura em História pelo Centro Universitário Claretiano. Líder do Grupo de Pesquisa: Teologia, Gênero e Educação. Membro de International Academy of Practical Theology – IAPT - USA, da SOTER, ANTPECRE NUPPER, FONAPER. Professora do Programa de Pós-Graduação da PUC/PR. Professora Visitante na Universidade Católica de Moçambique. Professora Visitante no Instituto Superior de Filosofia e de Teologia Dom Jaime Garcia Goulart. Este artigo se liga às investigações desenvolvidas no contexto de Projetos de Pesquisa financiados pelo CNPq, números 404939/2021-0 (“Religião, Política e Teologia no Espaço Público”). Contato: clelia.peretti@pucpr.br Orcid - <https://orcid.org/0000-0003-2062-0883>

Legal Agents was developed. In the fight against patriarchal, sexist, violent and femicide hegemony, the PLP's work for citizenship and women's rights, constituting themselves as organic intellectuals, a concept coined by the philosopher Antonio Gramsci.

Keywords: Popular Legal Agents. Training of women. Citizenship. Organic Intellectuals. Feminismo

Introdução

O artigo reflete sobre o acesso popular à justiça, através da formação e atuação das Promotoras Legais Populares (PLPs), especialmente, no âmbito de São Leopoldo/RS. As PLPs são mulheres provenientes das classes populares que recebem formação, a partir da metodologia feminista e da educação popular para atuarem pelos direitos humanos das mulheres. O curso para a formação de PLPs, que acontece em São Leopoldo, organizado e executado pelo CECA é um exercício para o desenvolvimento da cidadania das mulheres. A formação das PLPs fundamenta-se na teoria e teologia feminista que tem a experiência de vida das mulheres como primeiro passo metodológico. As experiências não são iguais, são diferentes, no entanto, a experiência da dominação patriarcal, marcada pela opressão cultural, econômica, social e étnica perpassa a vida das mulheres. Para o enfrentamento às experiências de opressão e exploração, fundamental se faz a formação popular.

A formação a atuação das PLPs está, intimamente, ligada à sua classe social. Elas são mulheres, lideranças comunitárias, pobres e periféricas, capacitadas que atuam voluntariamente em suas comunidades na prevenção, na defesa e na promoção de direitos, na superação das múltiplas violências a que as mulheres estão sujeitas. Entendemos as PLPs como intelectuais orgânicas, pois o desenvolvimento histórico da sociedade criou as condições necessárias para a formação e atuação de mulheres líderes em suas comunidades e bairros, contra o sistema hegemônico patriarcal, machista, violento e feminicida.

O percurso metodológico, do presente artigo, é a pesquisa bibliográfica, analisando a trajetória formativa e a atuação das PLPs, no contexto de São Leopoldo/RS. Neste sentido, se contextualiza, primeiramente, a história da formação das PLPs em São Leopoldo/RS, através da atuação do CECA e com o apoio inicial da THEMIS. Situamos, então, algumas atuações das PLPs no contexto em estudo. Em seguida, elencamos alguns aspectos da categoria intelectual orgânico, em Antônio Gramsci, situando as PLPs como mulheres, que atuam como intelectuais orgânicas em sua

comunidade, pelo direito humano das mulheres, contra o sistema hegemônico, capitalista e patriarcal. Gramsci quando criou o conceito intelectual orgânico não tinha em mente as mulheres como intelectuais. No período que Gramsci escreve o movimento feminista está se fortalecendo. O movimento feminista com as suas múltiplas agendas é coletivo, luta de formas diversas e em diferentes lugares, pela emancipação das mulheres, por isso afirmamos que é um movimento humanista, ético, político e internacionalista. A formação e atuação das PLPs é parte da práxis do movimento feminista. Entendemos as PLPs como mulheres intelectuais orgânicas, que recebem formação e se comprometem com as mulheres pobres a promover direitos e cidadania. Elas são mulheres que provem da classe baixa, dos bairros e periferias e se comprometem com a modificação da vida das mulheres, num exercício contínuo de fazer valer a dignidade. Neste sentido, entendemos a relação do conceito intelectual orgânico/a, cunhado por Gramsci, com a práxis das PLPs.

1. Atuação do Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA): Projeto Acesso Popular à Justiça- APJ e Formação de Promotoras Legais (PLPs)

O Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA)⁴, hoje com cinquenta anos, é uma entidade da Sociedade Civil sem fins lucrativos com sede na cidade de São Leopoldo (RS). Tem sua origem em 1973 marcado pelo contexto da Ditadura Militar, constituindo-se como um Centro de Formação de Agentes de Pastoraes gestado para ser o suporte, apoio e animador de movimentos populares, em especial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Rio Grande do Sul. Para tanto se apoiava em dois pilares: evangelização e catequeses, ambos deveriam andar juntos e tinham como matriz teórica a metodologia da Educação Popular de

⁴ O histórico de CECA e das PLPs são fragmentos apresentados por Nivia Ivette Núñez de La Paz e Graciela Patrícia Cornaglia no relatório do Encontro Nacional de PLPs, Workshop convocado e executado pela Themis. Veja NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; CORNAGLIA, Graciela Patrícia. Formação de Promotoras Legais Populares CECA – Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria. In: THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos. *Promotoras Legais Populares: Desafios entre Teoria e Prática*. Workshop Junho 2020. THEMIS: Porto Alegre, 2020. p. 34-36. Disponível em: <https://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/08/%C3%9ALTIMA-PUBLICA-%C3%87%C3%83O-WORKSHOP-JUNHO-2020-1.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

Paulo Freire e a Teologia da Libertação.⁵ Através dos cursos oferecidos, muitas lideranças foram capacitadas para se opor à ditadura, criando espaços de resistência e transformação social. O processo político foi mudando e o CECA se tornou uma referência para as Igrejas e para os movimentos sociais organizados. O CECA apresenta-se com uma organização ecumênica voltada para a capacitação e assessoria, tendo como missão a contribuição na transformação social, objetivando a construção de uma sociedade democrática, justa e participativa. O CECA atua nas áreas de Ecumenismo, Gênero e Direitos Humanos promovendo cursos e seminários com grupos, movimentos sociais, agentes de pastorais, educadores e educadoras populares.

Neste sentido, na década de 90, a instituição iniciou uma nova etapa, organizando-se em dois Programas: Fé e Cidadania e Solidariedade e Cidadania. O Programa Fé e Cidadania se constituiu em um elo maior com as Igrejas e grupos religiosos que se envolvem com os temas relacionados com a superação de todas as formas de exclusão e com os processos de transformação social e econômica. O Programa Solidariedade e Cidadania, por sua vez, exerce uma ação mais direta junto às comunidades locais e ao contexto social do Vale dos Sinos. Desenvolve projetos socioculturais de capacitação com setores populares, visando melhorar as condições de vida, resgatando a dignidade humana e a cidadania, buscando inseri-los na luta pela defesa e ampliação dos seus direitos.⁶

O envolvimento do CECA, nesta época, com as mulheres da periferia de São Leopoldo e também devido à situação de exploração e violência vivida por muitas mulheres e meninas gerou a necessidade incorporar novos referenciais e paradigmas na sua prática, entre elas, a categoria de gênero. Como o CECA não tinha experiência de formação nesse campo ocorreu à aproximação com outras ONGs que tinham acúmulo histórico na temática em questão, especialmente com a THEMIS⁷, organização da sociedade civil, com sede em Porto Alegre/RS/Brasil foi criada por um grupo de advogadas, cientistas sociais feministas, tendo com o objetivo o

⁵ CORNAGLIA, Graciela Patrícia. *Mulheres que (des)aprendem a ser mulheres na tradição católica desconstruindo modelos de opressão através da formação das promotoras legais e populares*. Dissertação Mestrado. RDBU-Repositório Digital da Biblioteca da UNISINOS, 2007. p. 19-44. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1941/mulheres%20que%20des%20aprendem.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set. 2023.

⁶ NÚÑEZ DE LA PAZ; CORNAGLIA, 2020, p. 36-37.

⁷ NÚÑEZ DE LA PAZ; CORNAGLIA, 2020, p. 37.

enfrentamento à discriminação contra mulheres no sistema de justiça⁸ As estratégias principais de trabalho da organização são:

Fortalecer o conhecimento das mulheres sobre seus direitos e o sistema de justiça. Para isso, a THEMIS criou o Programa de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) que capacita lideranças comunitárias femininas em Direitos Humanos, Direitos das Mulheres, bem como explica o funcionamento básico de organização dos sistemas Justiça e do Estado; Dialogar com operadores/as do Direito sobre os mecanismos institucionais que preservam e reproduzem a discriminação contra mulheres. Com este objetivo, foram organizados seminários, cursos, workshops e publicações, trazendo a teoria feminista do Direito para o debate jurídico local, e propondo novas abordagens para o uso do Direito; Advogar em casos estratégicos para proteger e alavancar direitos das mulheres em esfera nacional ou internacional.⁹

O movimento ecumênico popular (CECA) fortaleceu-se, naquele momento, com a abordagem de gênero, o que originou o Projeto Acesso Popular à Justiça- APJ¹⁰, através de uma consultoria da THEMIS e em 1998 se desenvolveu o 1º Curso de Formação de Promotoras Legais. O Acesso Popular à Justiça- APJ - tem os seguintes objetivos: * Capacitar mulheres para ações de prevenção à violência e de defesa dos Direitos Humanos, em favor dos setores excluídos da população, especialmente mulheres e meninas; * Fortalecer mulheres para que assumam seus projetos de vida; * Qualificar suas intervenções em políticas públicas de gênero.¹¹ Entende-se gênero como categoria de análise das relações de poder,

⁸ A Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos foi criada em 8 de março de 1993. Em 1995 realiza a primeira formação de Promotoras Legais Populares. Sobre a THEMIS e o projeto das Promotoras nessa instituição pode-se ampliar a leitura: relatório do Encontro Nacional de PLPs, THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos. *Promotoras Legais Populares: Desafios entre Teoria e Prática*. Workshop Junho 2020. THEMIS: Porto Alegre, 2020. p. 17-33.

⁹ THEMIS, Gênero, Justiça e Direitos Humano. História. Disponível em: <https://themis.org.br/somos/historia/>. Acesso em: 23 out. 2023.

¹⁰ CECA - Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – Acesso Popular a Justiça. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/lex/acesso/textos/acessopopularajustica.htm>. Acesso em 28 set. 2023. Consulte também CORNAGLIA, 2007, p.35-44.

¹¹NÚÑEZ DE LA PAZ; CORNAGLIA, 2020, p. 38.

segundo Joan Scott.¹² Gênero como categoria de análise está interligada com outras categorias de análise classe, raça/etnia, geração/idade¹³, entre outras. Segundo Claudete Beise Ulrich

a opressão sofrida pelas mulheres se manifesta em graus diferentes, dependendo de sua classe social, educação, faixa etária, religião, relações étnico-raciais, orientação sexual. Não é possível universalizar a opressão sofrida pelas mulheres. É necessário localizá-la em seu contexto sócio-histórico-cultural. Ela assume formas diversas, transformando-se ao longo da história da humanidade, através de movimentos que buscaram e buscam mudanças na sociedade.¹⁴

O curso de formação das PLPs capacita mulheres, lideranças comunitárias, “agentes populares” em temas como direitos humanos e direitos das mulheres com uma carga horária de 100 horas, valorizando a experiência de vida de cada das participantes. As mulheres que realizam o curso de capacitação recebem o título de Promotoras Legais Populares - PLPs. Elas desenvolvem ações de escuta, apoio, acompanhamento, orientação e encaminhamento de mulheres em situação de violência e discriminação, além de denúncia e prevenção à violência, defesa da cidadania e luta pela implementação de políticas públicas de gênero¹⁵.

2. Acesso Popular à Justiça (APJ) e PLPs: Atuação

É importante destacar que o APJ e as PLPs atuaram ativamente para a criação do Fórum de Mulheres de São Leopoldo, além de cumprir um papel relevante no desenvolvimento e implementação das Políticas Públicas para as Mulheres no

¹² SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990. p. 14.

¹³ ULRICH, Claudete Beise. Relações de Gênero. In: IECLB. *Relações de Gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013. p. 9.

¹⁴ ULRICH, Claudete Beise. *Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana*. EST/IEPG: 2006, p. 23.

¹⁵ ULRICH, Claudete Beise; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Christianity and Urbanism: The Ecumenical Training and Advisory Center Services and the Formation of the Popular Legal Agents. In: BINEY, Moses O.; NGWA, Kenneth N.; BARRETO, Raimundo C. (Orgs). *World Christianity, Urbanization and Identity*. World Christianity and Public Religion Series, v. 3. Minneapolis: Fortress, 2021. p. 223-239.

município. Destacam-se a mobilização das PLPs pela criação da Casa de Acolhida para mulheres em situação de violência que impulsionou a tramitação desse projeto junto ao governo municipal, Coordenadoria Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Mulheres- COMDIM, Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência e Centro de Referência Jacobina para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica.

A equipe do CECA junto com as PLPs realizaram a capacitação técnica da equipe do Centro Jacobina. O APJ também realizou, em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, o *Projeto Sensibilizar*¹⁶ e o *Curso de Capacitação Regional de Agentes Públicos para Prevenção à Violência contra a Mulher*¹⁷. Ao longo dos anos foram realizadas outras capacitações para o poder público municipal e para o governo estadual como: o *Programa de capacitação de Gestores Públicos e Agentes Sociais*, entre outros.

O município de São Leopoldo, atualmente dispõe da Rede de Atendimento a Mulheres em situação de violência doméstica e familiar, onde o judiciário e o ministério público atuam ativamente, com o Centro de Referência Jacobina, com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e recentemente depois de mais de 20 anos de luta do movimento de mulheres foi criada a Delegacia da Mulher. No entanto, após o Golpe contra a Presidenta Dilma Vana Rousseff em 2016, com o desmonte das Políticas Públicas para mulheres, tanto a rede de atendimento quanto a rede de enfrentamento do município tiveram uma notada desarticulação e isso refletiu na atuação dos diferentes serviços.

O Projeto Acesso Popular à Justiça, em seus 25 anos de existência, realizou 12 Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares, capacitando mais de 300 mulheres. Como resultado desta

¹⁶ Projeto realizado nos bairros da cidade de São Leopoldo, com assessoria das Promotoras Formadas por CECA. Para o Projeto foram elaborados dois cadernos didáticos, a saber: CORNAGLIA, Gracilia Patrícia (Org.). *Prevenção à violência contra as mulheres*. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de São Leopoldo. Caderno I, São Leopoldo: CEBI, 2010. CORNAGLIA, Graciela Patrícia; SANTOS, Karine (Orgs). *Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres*. Caderno II. São Leopoldo: CEBI, 2010.

¹⁷ Projeto executado por CECA e realizado pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres de São Leopoldo/RS em parceria com outros 11 municípios da região *Vale dos Sinos*. Contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal e capacitou 1118 agentes públicos pertencentes às áreas de saúde, educação, segurança pública, assistência social e, também, líderes comunitárias da sociedade civil. Para ampliar: NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette (Org.) *Da violência de gênero para relações humanizadas*. São Leopoldo: CEBI, 2010.

caminhada, constatamos a consolidação de lideranças com engajamentos amplos e responsáveis, as PLPs estão no movimento de mulheres, no movimento negro, na coordenação do Fórum de Mulheres, nas associações de bairro, no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no Conselho Municipal de Entorpecentes, no Conselho Municipal de Promoção Racial, no Conselho Municipal de Meio Ambiente, no Conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, no Conselho Municipal de Saúde e de Direitos Humanos. São agentes de saúde, educadoras e coordenadoras em projetos sociais, atuam na academia, nas pastorais das igrejas e em muitos outros espaços de construção de cidadania.

Nas articulações locais para a realização do curso de formação conta-se com a parceria do movimento de mulheres, do movimento popular, das pastorais, das entidades da sociedade civil organizada, das universidades, das entidades membros da Rede de Atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar e de alguns Conselhos Municipais. Dos 12 (doze) cursos de Formação de PLP's, 11 (onze) foram realizados no município de São Leopoldo e o último na cidade de Pelotas para mulheres trabalhadoras rurais, provenientes da zona rural de Pelotas, Santa Cruz do Sul e da área de Verê no Paraná. Neste curso também participaram mulheres quilombolas e foi realizado em parceria com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - CAPA e a Fundação Luterana de Diaconia – FLD. Os critérios de seleção para as mulheres realizarem o curso são: lideranças comunitárias, maiores de 18 anos e alfabetizadas. As candidatas a fazer o curso geralmente são indicadas pelas mesmas PLP's, pelas entidades parceiras ou pelo movimento popular. Estas mulheres preenchem uma ficha de inscrição e a diretoria do CECA (que atualmente está integrada na totalidade por PLPs) é responsável pela seleção.¹⁸

3. Método Pedagógico/didática e conteúdo na realização do Curso das PLPs

Importante destacar que o Projeto de Formação de Promotoras foi abarcando diversas regiões do Brasil, mantendo sua base na educação popular e na promoção da cidadania das mulheres, más com características metodológicas, conteúdos teóricos e desenvolvimento de atividades próprias de cada contexto. Nosso artigo, como já referido, analisa pontualmente, o Projeto APJ executado pelo CECA. O Conteúdo Programático do Curso trabalha as seguintes temáticas:

¹⁸ NÚÑEZ DE LA PAZ, CORNAGLIA, 2020, p. 40.

- Apresentação do Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria - CECA. Introdução ao Projeto Acesso Popular à Justiça. Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares. Histórico. Objetivos. Metodologia.
- Feminismo: Movimento histórico, ético e político.
- Gênero: conceito. Relações de gênero. Interseccionalidade de sexo/gênero, raça/etnia e classe.
- Organização do Poder Judiciário. Ministério Público.
- Direitos Humanos e Direitos Humanos das Mulheres.
- Violência contra a Mulher: conceito. Tipos de violência. Ciclo da violência. Estratégias de enfrentamento a violência contra as mulheres (trabalho em redes). Atendimento humanizado.
- Políticas Públicas para as Mulheres.
- Lei Maria da Penha. Lei do Feminicídio. Lei de Alienação Parental.
- Procedimentos realizados no encaminhamento de mulheres em situação de violência doméstica.
- Direitos Sexuais e Reprodutivos: planejamento familiar; prevenção (DST/HIV), estupro/abuso/assédio sexual/Aborto.
- Direitos das famílias.
- Saúde da mulher.
- Direitos das crianças e adolescentes (ECA).
- Resolução e transformação de conflitos.
- Diálogo Ecumênico e Inter-religioso.
- Visitas à Secretaria de Políticas para Mulheres, ao Centro de Referência, à Delegacia e ao Conselho Tutelar.¹⁹

Todas as aulas são realizadas com assessoria especializada na temática que será trabalhada. As/os assessoras/es trabalham com diferentes metodologias da educação popular, que incluem: aulas teóricas, trabalhos em grupo, filmes-debates, canto, teatro, análise de documentos, histórias de vida, visitas de campo, entre outras. Existe uma coordenação pedagógica do curso e se prioriza que esta seja também PLP's com experiência pedagógica. O Curso PLPs busca fortalecer e instrumentalizar as mulheres para conquistarem sua autonomia. Para que isto se concretize, é necessária uma proposta educativa respaldada em princípios democráticos, respeitando as diferentes formas de aprender, as diferenças de sexo/gênero, raça/etnia, sociais, religiosas, culturais e econômicas. As ações propostas no projeto fazem parte da metodologia da Teoria Feminista e da Educação Popular e baseiam-se na formação

¹⁹ NÚÑEZ DE LA PAZ, CORNAGLIA, 2020, p. 41.

centrada nas mulheres e nas suas experiências.²⁰ Permite que elas se apropriem do conhecimento, e confrontem esse conhecimento com suas leituras do mundo e da vida para então se sentirem desafiadas a estabelecer ações que possibilitem transformações sociais e das relações humanas.

O processo de formação está pautado por três momentos

- Momento Primeiro: descoberta de que elas têm uma identidade em comum (a partir das próprias histórias de vida)
- Momento Segundo: elas se percebem capazes de compreender não somente a si mesmas, mas também à realidade política e social que as envolve.
- Momento Terceiro: é a percepção de que, ao agir coletivamente, são capazes de transformarem a si mesmas, às outras e, também, contribuirão para a transformação social.

Entre os resultados do processo de formação destacamos,

- Elevação da autoestima;
- A consolidação de um grupo solidário, especialmente com as mulheres dos setores mais excluídos;
- A criação de fatos políticos importantes, contribuindo para o avanço da organização popular, na defesa de políticas públicas;
- Apropriação de leis e o acesso popular à justiça;
- Desmistificação dos espaços públicos;
- Depois de realizar o curso de PLPs, a maioria volta ao ensino formal para concluir os estudos.²¹

As Promotoras mantem parceria de trabalho com outros grupos de Promotoras na América Latina e nas diferentes regiões do Brasil, de maneira especial com a TEMHIS/PoA e com as PLP's de Manaus, pela rede virtual (Facebook).

4. Formas de continuidade da formação e atuação das PLPs²²

O acompanhamento as PLP's e suas atividades se realizam de diversas maneiras. Metodologicamente para atender melhor às necessidades do APJ e das PLP's dividimos o trabalho em

²⁰ NÚÑEZ DE LA PAZ, CORNAGLIA, 2020, p. 42.

²¹ NÚÑEZ DE LA PAZ, CORNAGLIA, 2020, p. 41-42.

²² NÚÑEZ DE LA PAZ, CORNAGLIA, 2020, p. 44-45.

Formação, Representação e Atendimento. Na **Formação**, além dos Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares existem:

- As *reuniões mensais* que se realizam há 25 anos, sempre na primeira terça de cada mês. Estas reuniões pretendem fortalecer o vínculo entre as PLP's e garantir um espaço de encontro, articulação, avaliação e planejamento das ações. Essas reuniões são coordenadas e articuladas pelas PLP's e a entidade.

- *Cursos de aprofundamento*: acontecem alternadamente ao ano que se realiza o Curso de Formação de PLP's e participam todas as Promotoras formadas que sejam atuantes. É um espaço de formação permanente para as mulheres que atuam como PLP's, a fim de garantir os conhecimentos adquiridos no curso e aprofundar as temáticas surgidas a partir de suas práticas. O tema do curso é escolhido nas reuniões mensais, a organização do curso é responsabilidade da entidade e de uma comissão formada pelas PLP's.

Enquanto as atividades de **Representação** significam a participação em diferentes espaços como seminários, cursos, conselhos, fóruns, palestras, entre outros. Nas reuniões mensais das PLP's, são apresentadas as diferentes demandas dos espaços de representação e são propostos os nomes de PLP's para participar de tais espaços. Também as que participam destas atividades relatam nas reuniões mensais sua participação, principais avanços e dificuldades encontradas.

Como mencionamos anteriormente as PLP's tem um amplo engajamento tanto nos diferentes conselhos municipais como nas pastorais, ONG'S/organizações da sociedade civil, grupos de mulheres, associações de moradores, entre outras. No **atendimento** elas realizam oficinas de prevenção à violência de gênero; atendimento individual à mulheres em situação de violência doméstica e familiar; acompanhamento na hora de fazer o boletim de ocorrência; encaminhamento aos serviços da rede municipal, regional e estadual, e também, palestras a partir das demandas nos diferentes âmbitos onde atuam.

5. Atuação das PLP's contra o Golpe de 2016

De acordo com a história brasileira recente, o dia 17 de abril de 2016, após uma votação na Câmara dos Deputados no Brasil, com estilo circense e kafkiano, ficava aberto o processo de impedimento e a retirada do poder da Presidenta democraticamente eleita Dilma Vana Rousseff; processo que culmina com a votação favorável do Senado no dia 31 de agosto do mesmo ano. O embasamento para esse crime, foi acusação de que Dilma teria cometido "pedaladas

fiscais”, que jamais foram comprovadas e das que recentemente ficou inocentada²³.

A direita – com a estratégia das oligarquias, o apoio do mercado e a traição do vice presidente Michel Temer – tinha dado o Golpe, no entanto, Golpe foi a palavra proibida pela direita e também pela esquerda. A esquerda, incluindo o próprio Partido do Trabalhadores (que era governo) acompanhou timidamente a presidenta Dilma, de abril à agosto de 2016, afirmando antes da sentença que o Processo não passaria na votação do Senado. Após a sentença demonstrar o contrário, entrou num tipo de consenso do “se”... “se ela tivesse negociado; se ela tivesse escutado mais; se ela não fosse tão obstinada...” e foi com esses e muitos outros “se” que deixaram a Dilma num quase-esquecimento e embarcaram em muitas outras pautas de lutas, pautas nas que ela ficava ausente. Quando com perplexidade e alarmadas perguntávamos às lideranças da esquerda o porquê não se estava lutando por Dilma, obtínhamos como resposta: “que era ingenuidade cobrar anulação do processo, porque Dilma não tinha mais apoio para governar”.

Em janeiro de 2017, as PLPs de São Leopoldo, em reunião extraordinária, decidiram apoiar à Presidenta Dilma e lutar pelo retorno dela, enfatizando que Dilma sofreu sim um Golpe e entendendo esse golpe como um ato contra a democracia e especialmente, como um ato de violência contra a mulher, as mulheres, um golpe patriarcal machista e misógino. Essa compreensão e decisão ficou materializada pela adesão das PLPs-CECA ao MNAI (Movimento Nacional pela Anulação do Impeachment) e a criação de um Comitê Volta Dilma em São Leopoldo/RS. O Comitê tinha encontros semanais para analisar os fatos cotidianos e procurar estratégia para efetivar a Anulação. Como sociedade civil organizada e, especialmente, como movimento popular com uma história de construção da cidadania no município, as PLPs em reuniões com o poder público e nos diversos atos convocados pela esquerda pautaram o Volta Dilma.

Os comitês Volta Dilma eram majoritariamente constituídos por mulheres, no entanto, tinham também adesão de vários homens. Neles foram realizadas muitas atividades de reflexão, reivindicação,

²³ NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. *Dilma, el Golpe nuestro y la misoginia de cada día!* In: NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; BENCKE, Romi Márcia (Orgs.). *Presidenta Dilma: en sororidad mujeres rescatan la historia*. 1. ed. São Leopoldo: Karywa, 2017. p. 133-140.

de diálogos com todo tipo de movimentos. Se editaram jornais de rua, panfletos, se mantiveram encontros semanais de análise de conjuntura, e no caso das PLPs e do Comitê MNAI do Rio Grande do Sul, decidiu fazer uso de um coração gigante com a frase Volta Dilma, esse coração – vermelho ou lilás - colocado no peito, era identidade de uma luta sem descanso das mulheres.

De todas as estratégias traçadas pelo Comitê e desenvolvidas pelas PLPs (que também tinham participação na liderança do MNAI) foi adesão à recolhida de assinaturas para a “Ação Popular” a de maior destaque. A Ação Popular consistia em coletar assinaturas da sociedade civil para levar essas assinaturas ao Supremo Tribunal Federal e solicitar a Anulação do Impedimento e a volta da Presidenta democraticamente eleita. As PLPs saíram à rua diariamente em São Leopoldo, para sensibilizar, explicar a manobra do Golpe e afirmar que a Anulação era possível se a cidadania em conjunto lutasse por isso. Recolher assinaturas para a Ação Popular constituiu um espaço de formação cidadã, uma espécie de sala de aula de rua, uma experiência concreta de educação popular liderada por mulheres. As assinaturas recolhidas foram entregues, em atos simbólicos, ao STF nos dias 08 de março de 2018 e no dia 17 de abril de 2018.

Um livro intitulado “Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história” foi organizado e publicado em 2017 e teve também a participação de PLPs do CECA. Foram ao todo 23 autoras brasileiras e latino-americanas que abraçaram simbolicamente a Dilma com seus textos; fazendo deles registro e denuncia desse processo de luta.²⁴ A primeira apresentação do livro foi feita em Uruguai, no 14 Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho – EFLAC, especificamente com as companheiras que formaram parte do Paro Internacional de Mulheres (PIM), movimento ao qual as PLPs-CECA também tinham aderido. O livro foi entendido pelas autoras como uma necessidade histórica, ética, política, feminista e sororal²⁵. As PLPs-CECA em reunião ordinária, em dezembro de 2017, fizeram um *Tribunal Simbólico*, denunciando

²⁴ ULRICH, Claudete Beise. Dilma: Tão Grande quanto o mar! In: NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; Bencke, Romi Márcia (Orgs.). *Presidenta Dilma: em sororidad mujeres rescatan la historia*. 1. ed. São Leopoldo: Karywa, 2017. p. 120. “Eu termino este texto, em sororidade e respeito, Dilma, dizendo a ti: ‘nós podemos envergar, mas nós não quebramos’”.

²⁵ O livro encontra-se em português e espanhol. NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; BENCKE, Romi Márcia (Orgs.). *Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história*. 1. ed. São Leopoldo: Karywa, 2017. NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; BENCKE, Romi Márcia (Orgs.). *Presidenta Dilma: en sororidad mujeres rescatan la historia*. 1. ed. São Leopoldo: Karywa, 2010.

e julgando ao Estado Brasileiro pelo Golpe perpetrado à Presidenta Dilma Rousseff e pela negação de nosso direito, como mulheres, a exercer plenamente a cidadania; pela brecha existente entre a teoria e a prática no processo democrático, que retirou abruptamente a Primeira Mulher Presidenta da história do Brasil.

6. As PLP's como intelectuais orgânicas

Na ótica gramsciana, as PLPs podem ser consideradas intelectuais orgânicas pela sua formação, ligação e atuação junto às mulheres de suas comunidades periféricas, movimentos sociais, feministas, a partir da construção do conhecimento sobre direitos humanos e direitos das mulheres.²⁶ As PLPs são mulheres que pertencem às classes populares. Este pertencimento é determinante na atuação de um/a intelectual orgânico/a, pois se caracterizam na luta contra o sistema do patriarcado, machista, elitista, consumista, feminicida. Segundo Gramsci

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]²⁷

A/o intelectual orgânica/o necessita saber, compreender e sentir a realidade concreta da vida das pessoas. O caráter orgânico do/a intelectual depende da sua relação com a classe a que pertence.²⁸ “Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado”²⁹ Nesta perspectiva, o processo de transformação e contra hegemônico deve culminar em uma nova hegemonia a partir das classes subalternas, como fruto da atuação dos intelectuais

²⁶ GRAMSCI, Antônio. *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. In: GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 15.

²⁷ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 3.

²⁸ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 139.

²⁹ SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 63.

orgânicos que desenvolvem o papel de “educadores das massas”³⁰. Segundo Leonardo B. Aurélio e Claudete Beise Ulrich dizem que “o/a intelectual orgânico/a mantém-se unido/a à sua classe social e atua como porta-voz nas mais diversas camadas da sociedade, para que os objetivos da classe representada sejam alcançados”.³¹

O novo grupo social em emergência deve formar sua própria camada de intelectuais, que está ligada à vida prática do grupo, e por isso, pode fornecer uma concepção do mundo coerente com essa prática e dar clareza da função histórica desse grupo – seus intelectuais orgânicos. As mulheres PLPs, a partir do movimento feminista e da educação popular apontando para a construção da autonomia, da cidadania emancipadora.

De qualquer modo, fica estabelecido que é no âmbito das superestruturas que os intelectuais desempenham a sua função peculiar de organizadores da cultura, como construtores da consciência unitária e da hegemonia da classe à qual estão vinculados.³²

Neste sentido, as PLPs conhecem as condições de vulnerabilidade social, pobreza das mulheres, com as quais irão se encontrar e dialogar sobre as temáticas que envolvem “violências domésticas e a necessidade de conhecer a função social das políticas públicas”³³, objetivando a urgente necessidade da construção da cidadania, pois elas mesmas são oriundas destas realidades. Elas se

³⁰ ROIO, Marcos Del. Gramsci e a educação do educador. *Cad. CEDES* vol. 26, n. Campinas Sept./Dec. 2006

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/dd9fdHNSyM5HDK6CtfM3SWN/?format=pdf>.

Acesso em: 23 set. 2023.

³¹ AURÉLIO, Leonardo de Brito; ULRICH, Claudete Beise. O teólogo e a teóloga como intelectuais orgânicos: construção de uma esperança ativa. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 43, n. 2, p. 120-134, jul./dez. 2017. p. 123.

Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/3188/pdf>.

Acesso em: 25 set. 2023.

³² SILVA, José Santana da. Intelectual orgânico: organizador, educador e dirigente político. *Revista Plurais*, v. 1, n. 1, 2011, p. 84-105. p. 92. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/84-105/pdf>.

Acesso em: 22 out. 2023.

³³ PERETTI, Clélia; NASCIMENTO, Jeverson. Violência doméstica: A função social das políticas públicas. *Diálogos*. v. 3, p. 27-42, 2018. Disponível em:

<https://dialogosuntl.com/index.php/revista/article/view/76/207>.

Acesso em: 22 out. 2023.

constituem mulheres aprendentes-ensinantes³⁴ da cidadania, devido às formações que recebem e que devolvem, a partir de suas atuações, para outras mulheres, na busca de processos de autonomia e de emancipação. O processo formativo é fundamental para a construção de uma intelectual orgânica. É necessário contato com a vida concreta. Primeiramente, quando se fala em intelectual orgânico se pensa em homens e não em mulheres. Esta perspectiva é fruto do apagamento e do silenciamento das experiências históricas das mulheres³⁵.

A formação das Promotoras Legais Populares objetiva a ampliação do conhecimento dos direitos e dos caminhos de acesso à justiça e a superação às desigualdades, vulnerabilidades e injustiças, que a maioria das mulheres ocupa dentro da sociedade brasileira. Elas atuam como ponte entre o Estado, o governo e as mulheres das classes populares. As PLPS se constituem como uma força hegemônica na luta pela cidadania das mulheres.

As PLPs são lideranças comunitárias capacitadas em noções básicas de Direito, direitos humanos das mulheres, organização do Estado e do Poder Judiciário, dentre outras temáticas pertinentes conforme o contexto do bairro ou região na qual estão inseridas. Gramsci afirma: “Todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes especializados e porta-vozes (os intelectuais) só podem ser concebidos como ‘novos’ intelectuais, surgidos da nova situação, e não a intelectualidade precedente.”³⁶ Nesta perspectiva, o processo revolucionário e contra-hegemônico deve culminar em uma nova hegemonia a partir das classes subalternas, como fruto da atuação dos/as intelectuais orgânicos/as. A formação das PLP’s objetiva a construção de uma sociedade com menos violência, onde as mulheres sejam reconhecidas como sujeitas da história, sujeitas de direito;

³⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 25.

³⁵ ULRICH, Claudete Beise; STRÖHER, Marga Janete; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Perseguindo o Inédito Viável: a Pedagogia Freiriana, a necessidade da Linguagem Inclusiva e a denúncia à Neolíngua do Generismo Queer. *Caminhos, Goiânia*, v. 19, p. 228-247, 2021. p. 230. “O apagamento das mulheres hoje é a nova ferramenta do patriarcado em conluio com o sistema neoliberal.” Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/9180/5345>. Acesso em: 23 set. 2023.

³⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Ed. e trad., COUTINHO, Carlos Nelson. Co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 125. Disponível em: <https://rebeldesistematico.files.wordpress.com/2016/10/antonio-gramsci-cadernos-do-cc3a1rcere-vol-i.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

respeitadas suas vidas e não mais mortas pela sua condição de mulher, que nas sociedades patriarcais, kiriarcais³⁷ e machistas significa objetos e passíveis de tutelas³⁸. Neste sentido, para Giovanni Semeraro aponta que os/as intelectuais orgânicos/as

fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais "orgânicos" se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a "conformação das massas no nível de produção" material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (Gramsci, 1975, p. 1.518) Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções.³⁹

³⁷ SCHÜSSLER-FIORENZA, Elisabeth. Deus (G*d) * trabalha em meio a nós. De uma Política de Identidade para uma Política de Luta. Trad. Neusa Steiner. *Revista de Estudos da Religião*, nº 1, p. 56-77, 2002. p. 69; 71. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2002/p_fioren.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

O poder kyriarcal opera não somente junto com o eixo de gênero, mas também com os de raça, classe, cultura, e religião. Estes eixos de poder estruturam os sistemas mais generalizados de dominação, numa matriz (ou melhor, "patriz") — numa espécie de modismo, ou numa tendência a acolher o que é mais badalado — entrelaçando os sistemas de opressão.[...] Portanto, os discursos feministas precisam reconhecer que as estruturas kyriocêntricas universalistas, e as retóricas dos homens de elite Euro-Americanos não apenas reforçam o domínio do sexo masculino, mas eles legitimam o "Pai Branco" ou, no idioma negro, o "Pai Patrão" como sujeito universal.

³⁸ VALCÁRCEL, Amelia. *Ahora Feminismo: cuestiones candentes y frentes abiertos*. Madrid: Cátedra, 2019.

³⁹ SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. p. 377-378. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tMQPbyYGVwLjsjcT9Kjf9Tx/?>

As PLPs atuam como intelectuais orgânicas e sua práxis no cotidiano aponta para transformações políticas, econômicas e culturais. No entendimento de Gramsci *práxis* seria um devir histórico, decorrente, não apontando a uma unidade meramente informal de teoria e prática, e sim respondendo a um processo de apropriação de uma determinada teoria e sua aplicação, pautada pela necessidade e direcionada sempre à transformação. Sobre a práxis, Gramsci explicita,

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de ‘distinção’ de ‘separação’, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. [...] o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mês que dentro de limites restritos.⁴⁰

A relação entre teoria e prática é um devir histórico. Atuar para uma nova hegemonia exige unidade intelectual e uma ética crítica, que questiona Quando a pandemia de COVID – 19 estava ceifando vidas de maneira assustadora no Brasil, sem que o então governo mostrasse ações concretas, assustadores eram os índices de feminicídio no Rio Grande do Sul. No período de janeiro a maio de 2020, 36 mulheres foram vítimas de feminicídio, representando um aumento de 76,4 % se comparado com o mesmo período de 2019. Especificamente no município de São Leopoldo, dados da DEAM apontaram uma redução de 40 % nas denúncias de violências contra as mulheres nos meses de março e abril de 2020 ⁴¹. Muitos fatores incidiram nessas estatísticas, principalmente a vulnerabilidade das mulheres que de certa forma estavam em casa reclusas com seus

[format=pdf&lang=pt](#). Acesso em: 23 set. 2023.

⁴⁰ GRAMSCI, 2000, p. 103-104.

⁴¹ NÚÑEZ DE LA PAZ; CORNAGLIA, 2020, p. 47.

agressores. A ordem era fique em casa, mas como ficar em casa quando na casa morava o perigo⁴². Também havia a impossibilidade de acesso a outras pessoas ou serviços que pudessem orientar, acompanhar, encaminhar, etc.

Nesse período a práxis das PLPs foi de suma importância. A partir da experiência de atuação concreta no cotidiano⁴³, elencamos a construção de novos conhecimentos tecnológicos com uma atuação estratégica pela vida das mulheres: 1. Utilização primordial do grupo de whatsapp que permitiu manter a unidade, partilhando e solucionando diferentes situações de violência (mantendo sigilo relacionados a nomes e lugares); 2. A colocação de folders em lugares estratégicos com informações para denunciar situações de violência, números telefônicos de diferentes serviços, de maneira especial o disque denúncia 180 e o número do whatsapp da Delegacia das Mulheres em paradas de ônibus, entradas de mercados e minimercados/bairros, estações do Trensurb, Unidades Básicas de Saúde, entre outros espaços, serviram para contrapor o isolamento; 3. Acionamento de redes de enfrentamento municipal e regional, potencializando as redes de enfrentamento internacional, sobre o aumento dos feminicídios e o desmonte de políticas públicas para mulheres no cenário brasileiro.⁴⁴

As PLPs atuaram como intelectuais orgânicas em defesa da vida das mulheres, que estavam em situação de vulnerabilidade social, econômica, sobrecarregadas com a economia do cuidado⁴⁵, em tempos pandêmicos. Foi necessário um reinventar-se na atuação como PLPs, aprendendo a utilizar as mídias sociais e diferentes aplicativos como WhatsApp. A atuação como intelectuais orgânicas necessita um aprender constante e uma responsabilidade ética com a vida e a cidadania plena das mulheres. Desta forma, será possível construir uma nova hegemonia, uma sociedade democrática, cidadã e igualitária.

A modo de conclusão

⁴² ULRICH, Claudete Beise; STRÖHER, Marga Janete; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Mulheres em Tempos de Pandemia: a Cotidianidade, a Economia do Cuidado e o Grito Uterino! *Estudos Teológicos*, v. 60, n. 2, p. 554-572, 2020. p. 560. Disponível em:

http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/4101/pdf.

Acesso em: 25 out. 2023.

⁴³ Cotidiano aqui entendido como conceito a partir da filósofa e teóloga Ivone Gebara. GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: Uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121.

⁴⁴ NÚÑEZ DE LA PAZ; CORNAGLIA, 2020, p. 47.

⁴⁵ BEISE ULRICH; STRÖHER; NÚÑEZ DE LA PAZ. 2020, p. 558-566.

Frente à inoperância e crise hegemônica dos poderes, Estados e governos, que repercute, de maneira direta na vida com dignidade das pessoas, mesmo quando se trata de processos democráticos; novos grupos sociais – movimentos - emergem necessariamente como resposta a essa lacuna, a esse vácuo no cotidiano que anula, silencia e/ou aniquila direta ou indiretamente. Esses grupos, movimentos respondem a determinados processos históricos e tornam-se um contraponto as necessidades cidadãs não atendidas pelo poder. Esses grupos/movimentos tem características próprias: reconhecem o problema social; analisam teoricamente a situação em curso; assumem uma atitude de compromisso ético-sócio-político; valorizam a ação coletiva, realizam uma formação e ação para a transformação. Essa seria a intelectualidade orgânica na compreensão de Gramsci, intelectualidade que por meio da práxis objetiva e gera a transformação.

O CECA, com o desenvolvimento do projeto Acesso Popular à Justiça formou por décadas intelectuais orgânicas, que como foi demonstrado não só proporcionou uma transformação pessoal. As PLPs como detentoras de um saber vital, transformam desde a coletividade: bairros, comunidades, municípios, estados, países. Transformam coletivamente cotidianos de mulheres, libertando-as da morte, desenvolvendo novos cenários de esperança e vida. Mulheres PLPs que, ao longo de 25 anos, tem assumido um compromisso ético sororal e de luta constante pela vida. Mulheres PLPs que abrem brechas nas estruturas patriarcais, kiriarcais, machistas, neoliberais para que elas e outras mulheres possam ser e existir. As PLPs em sua práxis são intelectuais orgânicas, comprometidas com a cidadania, a autonomia, a emancipação das mulheres, reivindicando, lutando junto aos diferentes órgãos municipais, estaduais e nacionais para que as políticas públicas sejam de fato efetivas e o direito das mulheres seja consolidado.

Referências

AURÉLIO, Leonardo de Brito; ULRICH, Claudete Beise. O teólogo e a teóloga como intelectuais orgânicos: construção de uma esperança ativa. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 43, n. 2, p. 120-134, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/3188/pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

CORNAGLIA, Graciela Patrícia. Mulheres que (des)aprendem a ser mulheres na tradição católica desconstruindo modelos de opressão através da formação das promotoras legais e populares. Dissertação Mestrado. RDBU-Repositório Digital da Biblioteca da UNISINOS,

2007. Disponível em:
<http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1941/mulheres%20que%20des%20aprendem.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set. 2023.
- CORNAGLIA, Graciela Patrícia (Org.). Prevenção à violência contra as mulheres. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de São Leopoldo. Caderno I, São Leopoldo: CEBI, 2010.
- CORNAGLIA, Graciela Patrícia; SANTOS, Karine (Orgs). Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Caderno II. São Leopoldo: CEBI, 2010.
- CECA - Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – Acesso Popular a Justiça. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/lex/acesso/textos/acessopopularajustica.htm>. Acesso em 28 set. 2023.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GEBARA, Ivone. Rompendo o silêncio: Uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. v. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da Cultura. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Ed. e trad., COUTINHO, Carlos Nelson. Co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Disponível em:
<https://rebeldesistemico.files.wordpress.com/2016/10/antonio-gramsci-cadernos-do-cc3a1rcere-vol-i.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.
- GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Dilma, el Golpe nuestro y la misoginia de cada día! In: NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; BENCKE, Romi Márcia (Orgs.). Presidenta Dilma: en sororidad mujeres rescatan la historia. 1. ed. São Leopoldo: Karywa, 2017. p. 133-140.
- NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; CORNAGLIA, Graciela Patrícia. Formação de Promotoras Legais Populares CECA – Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria. In: THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Promotoras Legais Populares: Desafios entre Teoria e Prática. Workshop Junho 2020. THEMIS: Porto

Alegre, 2020. Disponível em: <https://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/08/%C3%9ALTIMA-PUBLICA%C3%87%C3%83O-WORKSHOP-JUNHO-2020-1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette (Org.) Da violência de gênero para relações humanizadas. São Leopoldo: CEBI, 2010.

NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; BENCKE, Romi Márcia (Orgs.). Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história. 1. ed. São Leopoldo: Karywa, 2017.

NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; BENCKE, Romi Márcia (Orgs.). Presidenta Dilma: en sororidad mujeres rescatam la historia. 1. ed. São Leopoldo: Karywa, 2010.

PERETTI, Clélia; NASCIMENTO, Jeverson. Violência doméstica: A função social das políticas públicas. *Diálogos*. v. 3, p. 27-42, 2018.

Disponível em: <https://dialogosuntl.com/index.php/revista/article/view/76/207>. Acesso em: 22 out. 2023.

ROIO, Marcos Del. Gramsci e a educação do educador. *Cad. CEDES* vol. 26, n. Campinas Sept./Dec. 2006

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/dd9fdHNSyM5HDk6CtfM3SWN/?format=pdf>. Acesso em 23 set. 2023.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SCHÜSSLER-FIORENZA, Elisabeth. Deus (G*d) * trabalha em meio a nós. De uma Política de Identidade para uma Política de Luta. Trad. Neusa Steiner. *Revista de Estudos da Religião*, nº 1, p. 56-77, 2002. Disponível em:

https://www.pucsp.br/rever/rv1_2002/p_fioren.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tMQPbyYGVwLjsjcT9Kjf9Tx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2023

SILVA, José Santana da. Intelectual orgânico: organizador, educador e dirigente político. *Revista Plurais*, v. 1, n. 1, 2011, p. 84-105. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/84-105/pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Promotoras Legais Populares: Desafios entre Teoria e Prática. Workshop Junho 2020.

THEMIS: Porto Alegre, 2020. Disponível em: Disponível em: <https://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/08/%C3%9ALTI-MA-PUBLICA%C3%87%C3%83O-WORKSHOP-JUNHO-2020-1.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

THEMIS, Gênero, Justiça e Direitos Humano. História. Disponível em: <https://themis.org.br/somos/historia/>. Acesso em: 23 out. 2023.

ULRICH, Claudete Beise. Relações de Gênero. In: IECLB. Relações de Gênero. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013.

ULRICH, Claudete Beise. Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana. EST/IEPG: 2006.

ULRICH, Claudete Beise; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Christianity and Urbanism: The Ecumenical Training and Advisory Center Services and the Formation of the Popular Legal Agents. In: BINEY, Moses O.; NGWA, Kenneth N.; BARRETO, Raimundo C. (Orgs). World Christianity, Urbanization and Identity. World Christianity and Public Religion Series, v. 3. Minneapolis: Fortress, 2021. p. 223-239.

ULRICH, Claudete Beise. Dilma: Tão Grande quanto o mar! In: NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette; Bencke, Romi Márcia (Orgs.). Presidenta Dilma: en sororidad mulheres resgatam a história. 1. ed. São Leopoldo: Karywa, 2017.

ULRICH, Claudete Beise; STRÖHER, Marga Janete; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Perseguido o Inédito Viável: a Pedagogia Freiriana, a necessidade da Linguagem Inclusiva e a denúncia à Neolíngua do Generismo Queer. Caminhos, Goiânia, v. 19, p. 228-247, 2021. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/9180/5345>. Acesso em: 23 set. 2023.

ULRICH, Claudete Beise; STRÖHER, Marga Janete; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Mulheres em Tempos de Pandemia: a Cotidianidade, a Economia do Cuidado e o Grito Uterino! Estudos Teológicos, v. 60, n. 2, p. 554-572, 2020. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/4101/pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

VALCÁRCEL, Amelia. Ahora Feminismo: cuestiones candentes y frentes abiertos. Madrid: Cátedra, 2019.

